



**Ata da 16.ª Reunião de Câmara | Extraordinária**  
**05 de junho de 2024, 16:00h**  
**Maia, Paços do Concelho**

Ao quinto dia do mês de junho de dois mil e vinte e quatro, pelas dezasseis horas, na sala de reuniões no terceiro piso do Edifício dos Paços do Concelho, realizou-se a décima sexta reunião de Câmara, extraordinária.

Presidiu à reunião o Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago.

Secretariou a reunião a Chefe da Unidade de Apoio aos Órgãos Autárquicos, Marisa Neves.

Estiveram presentes:

1. Presidente, António Domingos da Silva Tiago
2. Vereador, José Francisco Ferreira da Silva Vieira de Carvalho
3. Vice-Presidente, Emília de Fátima Moreira dos Santos
4. Vereador, António Manuel Leite Ramalho
5. Vereador, Mário Nuno Alves de Sousa Neves
6. Vereador, Paulo Fernando de Sousa Ramalho
7. Vereador, Paulo Sérgio Fernandes da Rocha
8. Vereadora, Marta Moreira de Sá Peneda
9. Vereador, Hernâni Avelino da Costa Ribeiro
10. Vereador, António José Ferreira Peixoto

Esteve ausente, por motivos devidamente justificados: a Senhora Vereadora, Sandra Raquel Vasconcelos Lameiras (Partido Socialista).

Esteve presente em regime de substituição: a Senhora Vereadora, Maria João Neno Escobar (Partido Socialista).



A reunião teve início pelas 16:00h, com a seguinte ordem de trabalhos:

**1. Resolução de requerer a declaração de utilidade pública com caráter urgente da expropriação dos terrenos destinados à construção do “Corredor Verde do Leça – Maia – Fase 1” (conforme o n.º 1 do artigo 10.º do Código das Expropriações aprovado pela Lei n.º 168/99, de 18 de setembro)**

Proposta subscrita conjuntamente pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago e pela Senhora Vereadora da Qualidade de Vida, Ambiente, Clima e Energia, Marta Moreira de Sá Peneda – registo n.º 27 159/24

A Senhora Vereadora, Marta Moreira de Sá Peneda, interveio, agradecendo pela sensibilidade do Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago, de ter marcado a reunião para um dia tão importante, o Dia Mundial do Ambiente, fazendo referência ao dia histórico que representa. Continuou a sua intervenção, dando nota da importância do ponto único da reunião, do trabalho desenvolvido ao longo dos anos, para que o mesmo se possa concretizar, ressaltando a presença de elementos da equipa, ainda mais extensa do que os membros presentes, todos eles importantes para a concretização do projeto de construção do Corredor Verde do Leça. Deu nota que o Corredor Verde do Leça permitirá que o mesmo seja percorrido da nascente à foz, ou seja, do Monte Córdova, em Santo Tirso, até Leixões, em Matosinhos. Referiu que o projeto teve início em dois mil e dezasseis, com a elaboração do *Masterplan*, na Área Metropolitana do Porto, dando nota que, em dois mil e dezassete, ano em que tomou posse como Vereadora do Ambiente, na sua estreia na reunião do Conselho de Vereadores do Ambiente da Área Metropolitana do Porto, sugeriu que no tópico dos “outros assuntos”, este assunto voltasse a ser colocado na agenda dos Municípios por onde passa o Rio Leça, referindo que a partir desse momento foi um projeto que nunca mais parou. Deu nota que sendo o Rio Leça o único rio metropolitano, com interesse para quatro dos Municípios que têm assento na Área Metropolitana do Porto, este projeto correria em duas vertentes: a primeira, dar seguimento ao *Masterplan*, cuja execução estava a cargo da consultora do Município, Laura Roldão, e a segunda, a definição do modelo de governança de uma



estratégia para o rio Leça. Referiu ainda que foi dado seguimento ao *Masterplan*, com equipas de trabalho de cada um dos quatro Municípios por onde passa o Rio Leça, sendo que cada equipa de trabalho tinha um responsável, um coordenador, que no caso do Município da Maia era o Artur Branco, que mais tarde foi cedido à Associação do Corredor do Rio Leça, tendo sido substituído pelo Técnico do Município, Filipe Ramalhão. Deu ainda nota que em dois mil e vinte e dois foi lançado o concurso para o projeto de execução do percurso no Município da Maia, referindo que independentemente da existência da Associação do Corredor do Rio Leça, a associação versa sobre uma estratégia geral para o Rio Leça, implicando, não só, algumas decisões sobre a dinâmica do corredor, mas sobretudo iniciativas relacionadas com o processo de tratamento das margens e despoluição da água, frisando que essas iniciativas não versam diretamente sobre a construção do percurso do “Corredor Verde”, estando a questão da construção a ser tratada de forma autónoma, em cada Município, referindo a necessidade e disponibilidade por parte dos quatro Municípios para a existência de coerência, referindo que é a consultora do Município, Laura Roldão, a responsável pela construção dos percursos nos outros Municípios. Continuou a intervenção, dizendo que o Município da Maia, tem a seu cargo sete quilómetros de percurso do “Corredor Verde”, optando pela construção em duas fases diferentes e dando nota que, na presente reunião, iria ser apresentada a primeira fase do projeto, assim como toda a documentação inerente a essa primeira fase. Referiu que a primeira fase do projeto tem cerca de quatro quilómetros, e vai desde o parque de Alvura, até perto do Maiashopping, onde entroncará com o Município de Valongo. Prosseguiu a intervenção, referindo que o Técnico do Município, Filipe Ramalhão, iria proceder à apresentação do projeto e da respetiva equipa de trabalho, e o consultor do Município, Ivo Maio, iria proceder à explicação das fases anteriores do projeto, tais como, levantamentos topográficos, registos cadastrais e avaliações, mostrando todo o seu reconhecimento e gratidão pelo trabalho realizado por toda a equipa do projeto. Continuou a intervenção, fazendo referência à carga emocional que o projeto acarreta para todos os elementos, enaltecendo a sua grandiosidade, referindo a despoluição do Rio Leça, considerado o rio mais poluído da Europa e aproveitou ainda para referir a utilização do Rio Leça, por parte dos antepassados, para lazer, dando nota da realização de uma compilação das melhores fotografias existentes do “Corredor do Rio Leça”,



como um sítio muito especial, dando nota da recuperação do Rio Leça e da devolução do mesmo à população envolvente, referindo que no início, todo o projeto foi alvo de críticas, nomeadamente, no que toca à invasão por áreas consideradas de natureza, de fruição e de lazer, mas que a grande mais valia do projeto era o facto de estar a ser realizado da forma correta, sem perturbar a biodiversidade, referindo que os trabalhos realizados na estabilização das margens, têm por base técnicas de boas práticas, para proteger a natureza. Terminou a intervenção referindo novamente a importância do Dia Mundial do Ambiente, como pontapé de saída para o projeto do “Corredor Verde do Leça”, no Município da Maia.

Foi feita a apresentação do projeto pelo Técnico do Município, Filipe Ramalhão.

Foi feita apresentação do projeto pela consultora do Município, Laura Roldão.

Foi feita a apresentação do projeto pelo consultor do Município, Ivo Maio.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago, tomou a palavra para referir que o seu atraso e o da Senhora Vice-Presidente, Emília de Fátima Moreira dos Santos, se deveu ao facto de ambos terem participado numa iniciativa do “Turismo Sénior”, em Vila Praia de Âncora. Felicitou a Senhor Vereadora, Marta Moreira de Sá Peneda, e a equipa do projeto do Corredor Verde do Leça, pelo trabalho desenvolvido. Continuou a intervenção, referindo que, no passado, o Município da Maia tinha pouca experiência em expropriações, pelo que recorremos a contratação externa, aos serviços da empresa IMOTERRITORIO, que teve como primeiro trabalho a preparação da expropriação de uma parcela para dar acesso à Junta de Freguesia de Águas Santas. Referiu ainda que, no passado, a Câmara Municipal da Maia, tentava sempre, e assim continua a fazer, resolver os processos “a bem”, mas que existiam mais formas de resolver as situações, sendo uma delas, as expropriações, de que é exemplo a questão na Avenida do Doutor José Vieira de Carvalho, na freguesia de Moreira, obra que esteve por finalizar ao longo de vinte anos, referindo o investimento da Câmara Municipal da Maia em mais de dois terços da avenida e que, por duzentos metros, a obra ficou por acabar, trazendo, com isso, prejuízos, incapacidade de chegada dos transportes públicos aos equipamentos públicos aí existentes e uma grande dificuldade para realizar o trajeto de automóvel, obrigando à realização de desvios. Referiu que, essa situação foi criada pela decisão de alguns proprietários não negociarem com a Câmara Municipal da Maia, pelo que





se avançou para a expropriação por forma a ser possível terminar a obra, referindo que a inauguração da avenida seria realizada no prazo de uma semana, bem como do parque urbano de Moreira, que fica a sul da sede da Junta de Freguesia de Moreira. O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago, referiu ainda que, ao constatar que os diversos serviços da Câmara afetos a este tipo de processos, não estavam munidos das competências necessárias, decidiu proceder à contratação de serviços externos qualificados, levando, também, a que possamos adquirir essas capacidades. Referiu, também, as excelentes competências da consultora do Município, Laura Roldão, com quem o Município tem trabalhado ao longo dos anos, dando nota que, no presente, a Câmara Municipal da Maia tem ao seu serviço três arquitetos paisagistas, quando no passado e durante vários anos, a Câmara Municipal da Maia não possuía estas valências técnicas. Referiu ainda que essa consultora está, também, a prestar trabalho na redefinição de um plano diretor de arborização para o Concelho da Maia, com vista à sua melhoria. Referiu também que esta Técnica realizou um projeto no Viso, junto à Via Norte, e um outro projeto no Regado, em Águas Santas, sendo considerados projetos de sucesso. Prosseguiu a sua intervenção fazendo referência às três mais importantes ações do Município da Maia: a habitação, o Corredor Verde do Rio Leça e a segunda linha do Metro do Porto para a Maia. Referiu que, na habitação, o tempo para a execução do PRR, com prazo a terminar em dois mil e vinte e seis, sem prorrogação, se tornará o maior fator de incerteza, prevendo constrangimentos, não só para o Município da Maia, mas também para o Estado Central. Defendeu, também, a existência de outro modelo, que deve ser definido pelo Estado, se não existir a possibilidade de o PRR ser executado e, dessa forma, os Municípios ajudarem o Estado Central a construir mais habitação. Fez ainda referência à falta de obra realizada pelo Estado, dando como exemplos, o Palácio de Justiça, escolas, Unidades de Saúde Familiar e esquadras da Polícia de Segurança Pública. Referiu ainda que, independentemente de quem estiver no Governo, as decisões parecem ser tomadas sempre pelos mesmos intérpretes e que os Municípios são olhados como entidades menores, não havendo respeito pelos Municípios e que, o Estado Central deveria ter a humildade de assumir que não tem a capacidade de executar certos projetos, dando como exemplo a habitação, onde referiu que a última vez que o Estado Central tinha construído habitação, havia sido aquando do Fundo Fomento Habitação, e que, o



que fora construído no Município da Maia, apenas um bairro, teve de sofrer intervenções profundas, por parte do Município da Maia, passados quarenta anos. Prosseguiu a intervenção, dizendo que o Estado Central, considerando que o dinheiro do PRR é proveniente da União Europeia, devia respeitar mais os Municípios e a Associação Nacional de Municípios. Quanto ao Corredor Verde do Leça deu nota que, até ao final do ano, está previsto o término do projeto de execução, o levantamento cadastral e avaliativo. Prosseguiu a intervenção dizendo que o avanço da primeira fase do projeto é importante para não se perder tempo para que se realizem todas as negociações e expropriações necessárias, por forma a que, com o projeto e os terrenos, o Município da Maia tenha a capacidade de exigir ao Estado Central o financiamento para realizar a obra, baseando-se no facto de que, tanto as margens como o leito do Rio Leça, pertencerem em igual parte, ao domínio público da responsabilidade do Estado Central, bem como ao domínio privado, não havendo quaisquer responsabilidades para os Municípios, referindo a disposição e o empenho dos Municípios para realizarem a obra no Rio Leça, que esteve abandonado durante décadas. Continuou a intervenção dizendo que a Câmara Municipal da Maia está a realizar projetos, pagando-os, a contratar equipas para obter os terrenos para a execução da obra, cujas compras ascendem, numa primeira fase, aos seiscentos e cinquenta mil euros, referindo a ajuda necessária por parte do Estado Central aquando da execução da obra, apontando um valor que pode chegar aos dez milhões de euros. O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago, referiu que existiram contactos com a atual Senhora Ministra da tutela para lhe dar conta dos valores envolvidos para a execução da obra, reforçando a necessidade de intervenção por parte do Estado Central. Felicitou a Senhor Vereadora, Marta Moreira de Sá Peneda, com quem tem conversado, dizendo que este projeto não pode parar, referindo que lhe foi prestada a informação que a equipa que está montada funciona muito bem. Referiu que o valor que está estimado, de um milhão de euros por quilómetro de percurso, poderia não ser suficiente, mais dizendo que o Município da Maia, em todo o Corredor do Leça, já possui cerca de dez moinhos sobre os quais será necessário realizar reabilitações, mesmo considerando não ser uma exigência nesta fase primeira do Corredor.

O Senhor Vereador, António Manuel Leite Ramalho, interveio, felicitando toda a equipa envolvida no projeto do Corredor do Rio Leça. Prosseguiu, dando nota que a



nível de arquitetura, este projeto, considerando a sua robustez e técnica executória, concretiza algo muito importante: a humanização dos recursos e da paisagem, fazendo-o de uma forma sustentável, consubstanciando aquilo que são os ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável), que só fazem sentido se a ação for também local, fazendo ainda referência ao lema da Agenda Local 2021, “Pensar global e agir local”, acreditando ser um lema sempre atual. Referiu ainda que o projeto das expropriações foi profundamente esclarecedor e que, a nível técnico, foi altamente profissional, o que garante a segurança da execução deste projeto, dada a complexidade cadastral. Continuou a intervenção, dando nota que o projeto, a nível global, faz ressaltar um conceito muito importante, o conceito da escala intermunicipal, considerando ser algo que muitas vezes se tenta realizar, mas que nessas mesmas vezes, se encontram muitos problemas, considerando que o projeto do Corredor do Rio Leça é, sem dúvida, um exemplo de congregação de esforços e de objetivos, do pensar e agir num espaço comum, independentemente dos limites administrativos, sendo mesmo uma visão completamente diferente daquela que muitas vezes existe, considerando ser muito bom constatar o concretizar dessa mesma visão num território ao qual pertence. Finalizou a intervenção, referindo que o intermunicipalismo, visto e concretizado como uma forma de racionalizar os recursos, técnicos, financeiros e outros, em que cada um realiza o seu trabalho, oferece uma segurança para o futuro, ressaltando o bom trabalho dos quatro Municípios envolvidos neste projeto, considerando ser um projeto de regeneração, falado na Europa e fora dela.

O Senhor Vereador, António José Ferreira Peixoto, interveio, felicitando toda a equipa técnica presente, pelo excelente trabalho apresentado, dizendo saber a quantidade de horas perdidas na elaboração do projeto, reconhecendo o seu valor. Referiu que em relação aos prazos para lançamento de concursos e consequente inícios das obras, para setembro de dois mil e vinte e quatro e janeiro de dois mil e vinte cinco, respetivamente, não se encontrava tão otimista, revelando ainda assim que, independentemente de os prazos se alongarem por mais dois ou três meses, o importante seria lançar os projetos, porque só assim se conseguem realizar. Referiu ainda a correção de erros efetuados por autarcas anteriores, no que diz respeito ao tratamento dos rios do Município, ressaltando a preocupação mais recente sobre a natureza, quando durante anos o interesse foi diminuto, deixando a natureza chegar



a um estado lastimável, como consequência do abandono, pelo facto de a legislação permitir licenciamentos que não deveriam ter acontecido, junto a margens de rios, quer de indústrias, que contribuíram imenso para a poluição do Rio Leça, quer de construções, que contribuíram para o desnorte, quer do abandono do tratamento das águas, mantidas limpas durante anos pelos antepassados, que a utilizavam para a rega dos seus cultivos. Finalizou a sua intervenção, puxando a culpa desta situação, não só para o Governo, mas também para as Câmaras Municipais, Autarquias Locais e Juntas de Freguesia, não concordando com o Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago, quando refere que a Câmara Municipal é que faz tudo, deixando a nota que todas as Câmaras Municipais poderiam e deveriam ter feito mais ao longo do tempo, devem e podem fazer mais, para protegerem as águas, a natureza e os rios.

**Deliberação:** Colocada à votação, foi aprovada a declaração de utilidade pública para efeitos de expropriação, por unanimidade.

A Câmara Municipal mais deliberou, por unanimidade, aprovar em minuta as deliberações tomadas, para efeitos de execução imediata.

Pelas 17:43h o Senhor Presidente da Câmara encerrou a reunião, da qual se lavra a presente ata, que é constituída por 8 (oito) páginas e respetivos anexos.

O Presidente da Câmara Municipal da Maia

António Domingos da Silva Tiago

A Secretária da Reunião

Marisa Neves

Maia e Paços do Concelho, 05 de junho de 2024